



# **Responsabilidade social empresarial na indústria de calçados paulista: uma análise dos pólos de Franca e Birigui**

**Agnaldo de Sousa Barbosa<sup>1</sup>  
Elvisney Aparecido Alves<sup>2</sup>  
Hélio Braga Filho<sup>3</sup>**

## **Resumo**

O setor calçadista possui características que o distinguem na discussão da temática da responsabilidade social empresarial, pois é um segmento industrial cuja estrutura de produção está assentada em bases tecnológicas próprias da manufatura e do artesanato. Considerando tais particularidades, o objetivo aqui perseguido é uma reflexão balizada na análise da percepção do comportamento socialmente responsável por parte dos empresários de Franca e Birigui, duas importantes aglomerações industriais especializadas na produção de calçados. O trabalho baseia-se em pesquisa realizada em ambos os territórios por meio de entrevistas. Em Franca, constatou-se que a maior parte dos atores pesquisados, associados ao Instituto Pró-Criança, não reconhece a responsabilidade social como uma obrigação da empresa, mas como uma questão moral. Em Birigui o engajamento

---

*Recebimento: 14/2/2011 • Aceite: 7/9/2012*

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia, docente da UNESP/ Franca, coordenador do LabDES – Laboratório de Estudos sobre Desenvolvimento e Sustentabilidade. Bolsista de pós-doutorado FAPESP. End: Av. Eufrásia Monteiro Petraglia, 900 - Jardim Petraglia - 14409-160 - Franca, SP – Brasil. E-mail: agnaldoweb@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutor em Engenharia de Produção, docente do Uni-FACEF/Centro Universitário de Franca e do Centro Universitário Claretiano. E-mail: elvisney@terra.com.br

<sup>3</sup> Doutor em Serviço Social. Docente do Uni-FACEF/Centro Universitário de Franca. E-mail: hgp@com4.com.br

empresarial é mais efetivo, materializando-se especialmente na associação da maioria dos industriais no referido instituto e na atitude de assumirem a responsabilidade social como uma atribuição incontornável do empresariado dentro da nova realidade do capitalismo.

**Palavras-chave:** Responsabilidade Social; Setor Calçadista; Instituto Pró-criança

## **Corporate social responsibility in the footwear industry in São Paulo (Brazil): an analysis of the industrial clusters of Franca and Birigui**

### **Abstract**

The footwear sector has characteristics that distinguish it in discussing the topic of corporate social responsibility, it is an industry whose production is based on technological bases typical of manufacturing and craftsmanship. Considering these peculiarities, the objective pursued here is a reflection based in the perception of the socially responsible behavior by entrepreneurs from Franca and Birigui, two major industrial clusters specialized in the production of footwear. The article is based on research conducted in both territories through interviews. In industrial cluster of Franca, it was found that most of the actors interviewed, associated with the Pro-Child Institute, does not recognize social responsibility as an obligation of the company, but as a moral issue. In industrial cluster of Birigui the corporate engagement is more effective, materializing especially in the association of most manufacturers in the Pro-Child Institute and in the attitude to assume social responsibility as an essential task of the business within the new reality of capitalism.

**Keywords:** Corporate Social Responsibility; Footwear Industry; Pro-Child Institute

## Introdução

Cada vez mais a função social da produção ganha destaque e importância tanto no mundo acadêmico quanto na operação dos negócios no setor real da economia. Nesse sentido, o presente trabalho tem como intuito a reflexão acerca do engajamento de empresários do setor calçadista numa perspectiva de comportamento socialmente responsável.

O objetivo aqui perseguido é uma reflexão balizada na análise da percepção do comportamento socialmente responsável por parte dos empresários de Franca e Birigui, duas importantes aglomerações industriais especializadas na produção de calçados – sendo Franca pólo de fabricação de calçados masculinos e Birigui de calçados infantis. Além disso, também se discutirá como a prática da responsabilidade social é levada a efeito nestes dois territórios por meio do Instituto Pró-Criança, instituição dedicada ao combate infantil criada pelo empresariado de Franca e que mantém sucursal em Birigui.

Em ambos os pólos industriais, o Instituto Pró-Criança se faz presente como uma reação do empresariado local ao aumento das demandas sociais de seus principais *stakeholders*. É preciso lembrar que durante a última década do século XX, o setor calçadista foi duramente atingido pela acusação de utilizar trabalho infantil em sua cadeia produtiva, especialmente no caso de Franca. Depois de muita polêmica, local e nacional, a solução encontrada foi a criação do referido instituto.

Este trabalho baseia-se em pesquisa realizada em ambos os pólos industriais por meio de entrevistas, visando captar a percepção e engajamento dos principais atores produtivos locais. Em outras palavras, por meio de pesquisa qualitativa, buscamos expor a visão empresarial assentada no próprio instituto sobre a questão da responsabilidade social empresarial e suas práticas. A seleção da amostra não teve preocupação exagerada com a quantificação, pois, nesse tipo de pesquisa, conforme observa Triviños (1987), é possível a seleção intencional de uma amostra que busca a representar a opinião do grupo.

## Características das aglomerações industriais estudadas e perfil do ambiente setorial

O pólo industrial de Franca, localizado a 400 km da capital paulista, abriga 449 indústrias e 265 prestadoras de serviços especializados para o segmento, além de 283 empresas fornecedoras de

insumos e matérias-primas. Em 2010 sua produção foi de 25,9 milhões de pares de calçados (cerca de 3,2% da produção nacional), sendo 3,5 milhões destinados à exportação. Os valores de exportação do pólo alcançaram US\$ 95,74 milhões – 6,43% do faturamento total das exportações brasileiras de calçados no ano em questão. Em 2010 o pólo empregou 32.300 trabalhadores, o que equivale a 8% da mão-de-obra empregada neste segmento no país (SINDIFRANCA, 2010; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 2010).

O pólo industrial de Birigui, localizado a 507 km da capital paulista, abriga cerca de 300 empresas, cuja produção anual alcançou 61,46 milhões de pares em 2010 (cerca de 6% da produção nacional), sendo 2,8 milhões destinados à exportação. Os valores de exportação do pólo somaram US\$ 16,1 milhões – 1% do faturamento total das exportações brasileiras de calçados no ano em questão. Em 2010 o pólo empregou 19.123 pessoas, o que equivale a 4,8% da mão-de-obra empregada neste segmento no país (SINBI, dez/2010-jan2011; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 2010).

Algumas características técnicas do setor ajudam-nos a compreender a estrutura social peculiar engendrada pelo setor calçadista, caracterizada especialmente por um tecido empresarial formado, em grande medida, por trabalhadores manuais alçados à condição de empresários. Atualmente, enquanto se assiste nos mais diversos setores o avanço quase sem limites da microeletrônica no que diz respeito ao planejamento, execução e controle dos processos de produção fabris, na indústria do calçado tal dinâmica é ainda incipiente, restringindo-se praticamente à concepção do produto. Estudos recentes nos dão uma idéia do presente estágio tecnológico dessa indústria no Brasil e no mundo. Em um denso estudo sobre a competitividade da indústria brasileira, desenvolvido pela FECAMP (Fundação Economia de Campinas) e patrocinado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, Costa (1993, p.1) ressalta, por exemplo, que a produção de calçados ainda

caracteriza-se por constituir um processo de trabalho de natureza intensiva em mão-de-obra, com tecnologia de produção que guarda ainda acentuado conteúdo artesanal. Assim, esta indústria apresenta elevado potencial de emprego, desempenhando importante papel

na incorporação de mão-de-obra, inclusive não-especializada.

Reichert (2004, p. 52) corrobora esse argumento ao afirmar que “apesar do incremento da relação de trabalho capitalista, a fabricação de calçados manteve-se tecnologicamente atrasada, se comparada com outros setores, tais como a indústria metal-mecânica e a indústria têxtil”.

Conforme observa Costa, a própria natureza do calçado como produto é um elemento a obstaculizar a modernização técnica da sua fabricação: “a complexidade das fases de costura e montagem, onde se concentra cerca de 80% da mão-de-obra, tem limitado as possibilidades de automação” (1993, p. 2). No mesmo sentido, Piccinini (2001, p. 3) assinala que “a tecnologia da maioria das máquinas utilizadas no setor calçadista é relativamente simples”, sendo que “presentemente 50 a 60% das máquinas utilizadas na fabricação do calçado sejam convencionais, isto é, não dispõem de dispositivos eletrônicos”.

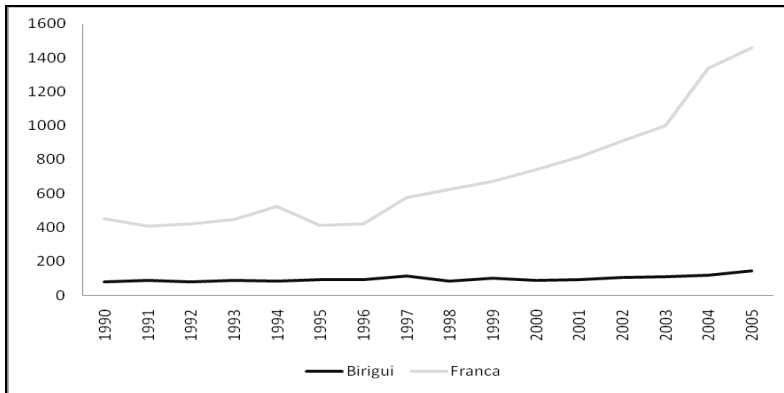
Mesmo em países onde a indústria calçadista apresenta maior evolução técnica, o processo de fabricação do sapato mantém poucos traços que possibilitem identificar procedimentos tecnológicos avançados. Em pesquisa sobre o operariado da indústria de calçados portuguesa, Estanque (2000, p. 246) assinala que “pode dizer-se que o calçado é um daqueles sectores em que a automação é assaz limitada. Mesmo nas tarefas mais mecanizadas, a componente manual tem um peso significativo. Em todas as posições da linha de montagem essa componente está presente, muito embora haja umas que são mais facilmente efectuadas do que outras”.

Desta forma, o exemplo da indústria do calçado se mostra distante dos efeitos salientados por Antunes para caracterizar a essência da “lógica destrutiva vigente” no capitalismo contemporâneo, marcada indelevelmente por “mecanismos utilizados pela reestruturação produtiva do capital visando reduzir trabalho *vivo* e ampliar trabalho *morto*” (2003, p. 112). A persistência da fabricação predominantemente manufatureira na indústria do calçado possibilitou a sobrevivência do “saber-fazer” e da “habilidade” como fatores importantes no universo da produção, não fazendo da subsunção plena do trabalho à maquinaria uma realidade incondicional. Assim, contrariando a *lógica* dos novos tempos, o ofício, a habilidade manual, acabaram por constituir uma porta de acesso ao “mundo empresarial”, tornando o *saber-fazer* um aspecto relevante a explicar a emergência de empresários do setor, já que essa é uma indústria na qual a

magnitude do capital não parece ser componente decisivo para o início do empreendimento.

As transformações observadas no tecido empresarial de ambas as aglomerações industriais nas duas últimas décadas demonstram que, por certo, não foi incomum nesse período a conversão de operários do calçado à condição de empresários – sobretudo, microempresários. Em virtude das baixas barreiras à entrada neste setor, o estabelecimento como fabricantes foi, por certo, o caminho encontrado por muitos trabalhadores dispensados de grandes e tradicionais empresas que nos anos 1990 sucumbiram ao “choque de competitividade” engendrado pela emergência da concorrência asiática na aurora da nova ordem econômica global.

Em Franca e Birigui, a resposta do tecido empresarial às exigências da nova dinâmica produtiva capitalista foi representada por uma drástica fragmentação, evidenciada pelo fato de o número de empresas triplicar em ambos os pólos. Todavia, enquanto em Birigui essa expansão do número de empreendimentos calçadistas se dá baseada nas pequenas e médias empresas (de 20 a 99 e de 100 a 499 empregados, respectivamente), em Franca os alicerces dessa transformação são bem mais frágeis, predominando a proliferação de unidades fabris com menos de 20 empregados (microempresas), que passam de 449 em 1990 para 1.457 estabelecimentos em 2005 – uma elevação de 224,5% contra 78% de Birigui (neste pólo as microempresas passam de 81 para 144). Reforça a idéia de fragilização do tecido empresarial na aglomeração de Franca o fato de que, do total destas microempresas, mais de 2/3 possuíam apenas até 4 empregados. Por outro lado, neste pólo o número de empresas de médio porte cai quase pela metade, passando de 49 para 28 no período, o mesmo acontecendo com as grandes empresas, cujo número cai de 9 para 5 – em Birigui mantém-se o número de 4 grandes empresas e assiste-se a ampliação das médias de 15 para 25.

**Gráfico 1:** Expansão do número de microempresas (1990-2005)

Fonte: RAIS/MTE

## Responsabilidade Social e Trabalho Infantil: o Instituto Pró-Criança

A primeira metade dos anos noventa foi muito conturbada para a indústria de calçados brasileira, particularmente no caso do segmento industrial localizado na cidade de Franca, Estado de São Paulo. Dois temas relativos à organização do trabalho marcaram a erupção do fenômeno da responsabilidade social empresarial naquela localidade: a terceirização e o uso de trabalho infantil. Esse último tema, claramente interligado ao primeiro, chamou a atenção nacional e internacional através das denúncias publicadas na mídia nos anos de 1994 e 1995.

Numa perspectiva abrangente do caso brasileiro, Veiga (1998) esclarece que a preocupação com o trabalho infantil somente ganha importância na sociedade brasileira a partir dos anos 90. Em 1995 foi elaborado um relatório pelo Ministério do Trabalho, baseado nos dados da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (Pnad) que apontou para cerca de 581 mil crianças, trabalhando na faixa etária entre 5 a 9 anos e 3,3 milhões crianças trabalhadoras, na faixa etária entre 10 a 14 anos, totalizando quase 3,9 milhões de crianças em atividades de trabalho. Ou seja, o problema do trabalho infantil está relacionado a dimensões nacionais, mas a indústria de calçados de Franca ocupa relativa posição de destaque<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> No que diz respeito à problemática do trabalho infantil, a relevância obtida pela aglomeração de Franca no cenário nacional – e também internacional – pode ser medida pelo notável interesse despertado por esse pólo industrial em estudos que ultrapassam

Pressionado pelo desemprego crescente no setor, em novembro de 1994, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados e do Vestuário de Franca denunciou publicamente o uso do trabalho de menores na cadeia produtiva de calçados de Franca, apoiado numa pesquisa elaborada em conjunto com o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos) e patrocinada pelo Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância). De 1.561 crianças trabalhadoras de até 14 anos pesquisadas 73% prestavam serviços à indústria calçadista local, por meio das bancas de pesponto que executam trabalho terceirizado de costura e colagem. O total estimado de crianças menores, trabalhando em empresas domiciliares prestadoras de serviço, apontava para cerca de 5.000 crianças distribuídas em quase 2.000 estabelecimentos deste tipo. (PICCININI, ANTUNES e FARIA, 1997 e NAVARRO, 2003)

Por meio do apoio do SINDIFRANCA (Sindicato da Indústria de Calçados de Franca), da ACIF (Associação, Comercial e Industrial de Franca) e da Delegacia Regional CIESP/FIESP, um pequeno grupo de empresas, congregando principalmente agentes do complexo produtor de calçados (fabricantes e fornecedores), reuniu-se em Franca com vistas à prática da responsabilidade social empresarial para a erradicação do trabalho infantil de suas relações econômicas. Assim, o Instituto Empresarial de Apoio à Formação da Criança e do Adolescente – Pró-Criança (chamado aqui de Instituto Pró-Criança) foi criado em novembro de 1995 para dar conta da tarefa desafiadora de erradicar o trabalho infantil da cadeia produtiva calçadista de Franca, considerando a responsabilidade social restrita ao grupo de empresas associadas ao instituto. É um marco local no relacionamento que deixa claro os laços de interdependência das organizações rivais na cadeia produtiva e a necessidade de uma estratégia comum a ser adotada pelas empresas que buscam respeito social para suas atividades produtivas.

O Instituto Pró-Criança de Franca foi constituído como “uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos”, conforme assinalado em seus Estatutos Sociais, com dois objetivos gerais claros, especificados num *folder* de divulgação institucional: “1 – Mobilizar,

---

os limites do território nacional. Sobre este aspecto ver, por exemplo, os estudos de PAOLI (2003) e do U.S. Department of Labor (DOL, 2010). O primeiro foi publicado em coletânea de análises de experiências de luta por direitos sociais ao redor do mundo, organizada pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, e o segundo diz respeito a investigações realizadas pelo Departamento do Trabalho do governo norte-americano.



envolver, articular, organizar e apoiar ações que tenham por objetivo promoverem a educação, visando o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”; e “2 – Combater o trabalho infantil”.

Do total de 53 empresas pioneiras fundadoras do Instituto Pró-Criança de Franca, 6 empresas eram ligadas ao setor calçadista, empresas fornecedoras de insumos (materiais secundários) para a produção e outras 16 empresas eram classificadas como de fora do setor calçadista. As empresas fabricantes do setor calçadista totalizaram 31 unidades na fundação do Instituto Pró-Criança. Considerando que o universo local de empresas fabricantes de calçados era estimado na época em 400 organizações, constata-se um baixo nível de adesão ao instituto. Atualmente, as empresas fabricantes de calçados associadas ao Instituto Pró-Criança de Franca chegam apenas a 19, metade do número total de associados. Assim, o grande desafio que permanece diz respeito ao avanço do número de associados de fabricantes de calçados e seus fornecedores – destes últimos apenas quatro são associados.

É indiscutível que o baixo nível de associados ao Instituto Pró-Criança na aglomeração de Franca é um indicador negativo, tendo em vista o processo de conscientização do empresariado local sobre a questão da responsabilidade social relacionada à utilização de trabalho infantil na cadeia produtiva local. Por outro lado, cumpre ressaltar o avanço nesta questão representado pela aglomeração industrial de Birigui, outro importante pólo calçadista paulista, onde em dezembro de 1999 uma sucursal do Instituto Pró-Criança foi fundada. Nesse município, o SINBI (Sindicato das Indústrias do Calçado e Vestuário de Birigui), signatário dos interesses patronais, também adota uma postura de combate local ao trabalho infantil. Essa sucursal do instituto conta com mais de uma centena de fabricantes de calçados associados.

### **Comportamento socialmente responsável: percepção e prática**

A noção de responsabilidade social empresarial aqui adotada compartilha com Keith Davis (apud ASHLEY, 2002) a percepção de que a empresa é responsável por custos sociais (ou externalidades negativas) decorrentes de suas atividades, bem como pelo dever ético e legal a ser respeitado pelas decisões de negócios que causam danos a terceiros. De maneira abrangente, Ashley (2002, p. 6) define responsabilidade social “como o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade,

de modo específico”, devendo atuar de maneira proativa e coerente com seu papel de destaque na sociedade contemporânea, prestando contas a ela. De forma conclusiva, a autora diz: “Assim, numa visão expandida, responsabilidade social é toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade” (ASHLEY, 2002, p. 7).

Visando avaliar a percepção e prática dos empresários associados ao Instituto Pró-Criança na cidade de Franca, realizamos entrevista com quase 50% dos fabricantes de calçados participantes desse instituto, dispostos por uma amostra representativa da média do perfil de seus membros. Na atualidade, o envolvimento direto dos associados com a gestão do Instituto Pró-Criança na cidade de Franca é uma questão delicada, pois, excetuando-se os membros da diretoria e do conselho que são proprietários de fábricas, os demais associados pouco interagem com o instituto.

Essa questão relativa ao envolvimento direto do associado transparece na entrevista realizada com uma funcionária do instituto<sup>5</sup>. Conforme declara, ocorre centralização das decisões sobre os projetos sociais na diretoria do instituto: “Os nossos membros da diretoria definem as ações do Pró-Criança”. Outra observação importante é a de que há ausência de reuniões sistematizadas com todos os associados: “São convocados sempre que necessário para a tomada de posição com alguma coisa, algum assunto maior”; e respondendo sobre a presença deles nas reuniões ordinárias afirma que “é mínima, mínima”. Por fim, justifica tal comportamento com a alegação de “o nosso industrial confia nos pares dele, os diretores e entrega tudo. E ele está sempre muito ocupado, nós sabemos disso, para ficar fazendo reunião”.

A separação entre a gestão do instituto e a direção administrativa das empresas associadas parece ter caído na armadilha da falta de sinergia entre as partes, marginalizando o uso da responsabilidade social empresarial como instrumento de ação filantrópica corporativa estratégica para os negócios das empresas. Embora para a grande maioria dos associados entrevistados exista benefício positivo para a imagem da empresa, transformada em amiga da criança e opositora do trabalho infantil num setor produtivo tão criticado, ainda é forte o espírito da filantropia ligado aos princípios morais de orientação pessoal do proprietário da fábrica.

---

<sup>5</sup> Salvo outra indicação, as informações referentes às declarações de empresários e/ou funcionários do Instituto Pró-Criança tem como referência a tese de doutorado do segundo autor (ALVES, 2007).

Ao serem indagados sobre qual motivo os levaram a tornarem-se associados do instituto, além, é claro, da justificativa de encampar uma reação contra as denúncias de utilização de trabalho infantil na fabricação de sapatos e proteger os negócios, os proprietários incluíram argumentos de valor moral. Nas grandes empresas exportadoras foram utilizadas as seguintes expressões: “Surgiu essa consciência que era a atitude correta”; “Fazer um trabalho com essas crianças que ficam desempregadas”; e “Porque foi uma difamação na TV Globo muito grave”. Nas médias empresas chamou a atenção frases como: “Fazer alguma coisa pra gente poder tirar os menores das bancas, de casa que é o lugar que eles mais fazem sacrifício”. Nas pequenas empresas, exportadoras e não-exportadoras predominou a visão de que: “São coisas que a gente precisava fazer”; “na época, havia uma certa implicação com a cidade de Franca”; “Porque é uma tendência minha (...) é o caminho pra você andar pelo lado da cidadania”; e “aí você forma o cidadão como um ser humano”. Por último, na microempresa a responsabilidade social foi como: “aquela parte social que a empresa também, achou que é importante estar fazendo”.

Apesar dessa visão, em Franca a realização de parcerias que o Instituto Pró-Criança efetivou na comunidade local tem rendido a oferta de muitas bolsas de estudos em diversos cursos (informática, línguas, futebol, balé e mecânica, entre outros) para menores carentes, na sua grande maioria filhos de prestadores de serviços e funcionários das fábricas. É possível notar que o número de bolsas de estudos obtido pelo Instituto Pró-Criança das empresas parceiras cresceu significativamente desde o ano de sua fundação. Os dados levantados apontam os seguintes números: 372 bolsas de estudos em 1996, 95 bolsas de estudos em 1997, 481 bolsas de estudos em 1998, 354 bolsas de estudos em 1999, 487 bolsas de estudos em 2000, 525 bolsas de estudos em 2001, 529 bolsas de estudos em 2002, 778 bolsas de estudos em 2003, 644 bolsas de estudos em 2004, 577 bolsas de estudos em 2005 e 750 bolsas de estudos em 2006.

É pertinente também registrar os dois grandes programas sociais implementados pelo Instituto Pró-Criança de Franca em parceria com outros atores da comunidade: “Jovem Cidadão” e “Vou Conseguir”. O programa “Jovem Cidadão”, conta com o apoio do Ministério Público, da Delegacia Regional de Ensino e do Centro Universitário de Franca (Uni-Facef), na realização de palestras sobre cidadania, cursos de línguas e informática dirigidas a alunos a partir da oitava série do ensino fundamental de Franca – embora tenha

registrado também a participação de alunos de 3 (três) outras cidades vizinhas. Criado no ano de 2000, teve início com turmas de 80 alunos, mas atualmente conta com no máximo 15 alunos na turma. Foi aberto à participação dos integrantes do programa “Vou Conseguir”.

O programa “Vou Conseguir”, realizado em parceria com o SENAI e o apoio da Subdelegacia do Trabalho de Franca, da Promotoria da Infância e Juventude, da Prefeitura Municipal, do SINDIFRANCA, do CIESP – Delegacia Regional de Franca, da ACIF – Associação do Comércio e Indústria de Franca, da Comissão Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Uni-Facef e do SESI, e visa à formação dos adolescentes na condição de aprendiz de atividades profissionalizantes no Curso de Aprendizagem Industrial – Confeccionador Eclético de Calçados. Conforme declarações de um dos dirigentes patronais, na formação da primeira turma desse programa apresentaram-se como candidatos novecentos e oitenta jovens. Iniciado em julho de 2002, o programa tem duração de 2 (dois) anos, tendo sido formados 270 alunos nas turmas finalizadas em 2004, 2005 e 2006. Atualmente conta com seis turmas em andamento, com 32 alunos em cada uma delas, totalizando 192 alunos. Envolveram-se nesse programa 78 fábricas, segundo declaração da funcionária do Pró-Criança, montante bem maior que o número total de associados ao instituto.

Em síntese, a despeito das insuficiências do processo na conscientização e participação mais ativa dos associados ao Instituto Pró-Criança na aglomeração de Franca, numa perspectiva mais refinada do significado de responsabilidade social empresarial, o instituto ganhou vida própria, ainda que limitada, e interage com diversos grupos de *stakeholders* locais, transformando parte da realidade vivida por inúmeras crianças e adolescentes carentes da localidade e até de cidades vizinhas. No entanto, seus programas tem gradualmente perdido força.

Da mesma forma que em Franca, o Instituto Pró-Criança na cidade de Birigui também oferece cursos variados, dentre eles, o curso de informática e os cursos de idiomas. Nesse pólo industrial o instituto oferece ainda atendimento médico-odontológico, apoiado por cento e cinquenta e dois parceiros, entre farmácias, médicos e dentistas. Segundo declaração do seu presidente, o instituto realizou somente no ano de 2006 1.407 atendimentos e, desde a sua fundação até essa data, soma a realização de 8.642 atendimentos, beneficiando mais de seis mil crianças. Dentre os programas sociais, o Projeto Guri, parceria desenvolvida pelo instituto com o governo estadual, conta com um coral infanto-juvenil e uma orquestra, composta de trinta e dois

integrantes e setenta integrantes, respectivamente. Por sua vez, o Projeto Recriando oferece atendimento psicológico e acompanhamento das famílias das crianças carentes. Este projeto busca desenvolver a concentração de crianças com problemas de aprendizagem na escola.

Numa das entrevistas com um dos principais industriais de Birigui, incentivador e fundador da sucursal do Instituto Pró-Criança naquela localidade, foi possível verificar não apenas o interesse direto pelos programas sociais realizados pelo instituto, mas também o interesse pessoal na criação de uma fundação própria. Além disso, a indústria desse empreendedor local já conta com um projeto social em parceria com o SESI, que busca desenvolver no dia-a-dia dos filhos dos funcionários da empresa atividades físicas, educacionais e culturais complementares com o intuito de formar futuros cidadãos. O entrevistado concluiu dizendo: “O retorno [social] é garantido”. Outro importante empresário local entrevistado demonstra consciência acerca da realidade brasileira, procurando deixar claro que a contribuição da empresa ajuda, mas não resolverá os problemas sociais. Sem querer destacar sua ação social individual na comunidade, também demonstra cautela ao afirmar que, embora outras empresas imaginem que “a gente faz muito, eu já acho que a gente faz pouco”.

## Considerações finais

As características do setor calçadista, especialmente nas localidades analisadas, Franca e Birigui, embora homogêneas do ponto de vista estrutural do negócio, guardam diferentes visões sobre a questão da responsabilidade social das empresas. Nos dois pólos industriais a presença do Instituto Pró-Criança é um aspecto relevante que depõe a favor da responsabilidade social assumida pelas empresas associadas. A iniciativa inovadora dos empresários de Franca na fundação deste instituto, certamente teve motivação instrumental diante das denúncias de utilização de trabalho infantil em sua cadeia produtiva, assim como sofreu a influência das pressões de demanda do mercado externo consumidor.

Quando observamos as práticas dos programas sociais nessas localidades, existe relativa equiparação de eficácia do instituto entre os dois pólos. Tanto em Franca quanto em Birigui, a implementação dos programas sociais de atendimento às necessidades sociais das crianças ganhou o apoio local de inúmeras parcerias. No entanto, talvez pela própria anterioridade da iniciativa, na aglomeração de Franca os projetos sociais estão perdendo fôlego.

Em Franca, constatou-se que a maior parte dos atores pesquisados, associados ao Instituto Pró-Criança, não reconhece a responsabilidade social como uma obrigação da empresa, mas relaciona o tema com uma questão moral. Ademais, sua interação com o instituto tem um caráter meramente funcional em virtude da relativa distância que é mantida entre a gestão do instituto e a participação direta dos associados. Outra questão preocupante é o número muito reduzido de empresas fabricantes de calçados que atualmente estão associadas ao Pró-Criança. Em Birigui, por sua vez, o engajamento empresarial é mais efetivo, materializando-se especialmente na associação da maioria dos empresários locais no referido instituto. Nas entrevistas realizadas com empresários de Birigui, a responsabilidade social assume sempre o papel de uma atribuição incontornável do empresariado no âmbito da nova realidade do capitalismo.

## Referências

- ALVES, E. A. **Ambiente institucional e a responsabilidade social empresarial na indústria calçadista de Franca: o caso do Instituto Pró-Criança**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). São Carlos: UFSCar, 2007.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho**. 7ª edição. São Paulo: Boitempo, 2003.
- ASHLEY, P. A. (org.) **Ética e Responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- COSTA, A. B. da. “Competitividade da indústria de calçados: nota técnica setorial do complexo têxtil”. In: COUTINHO, L. G. et alii (Coords.). **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira**. Campinas, SP: FECAMP: MCT: FINEP: PADCT, 1993
- DOL – U.S. DEPARTMENT OF LABOR. Bureau of International Labor Affairs. **International Program on the Elimination of Child Labor (ILO/IPEC)**. Washington, DC, 2010. Disponível em <http://www.dol.gov/ilab/programs/iclp/ilopec> (acesso em 12.01.2011).
- ESTANQUE, E. **Entre a Fábrica e a Comunidade: Subjectividade e Práticas de Classe no Operariado do Calçado**. Porto: Afrontamento, 2000.
- ESTATUTOS SOCIAIS. **Instituto Empresarial de Apoio à Formação da Criança e do Adolescente – Pró-Criança (Franca-SP)**. Franca, 1995.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO.  
**Balança Comercial Brasileira por Município.** Brasília, 2010.

NAVARRO, V. L. A reestruturação produtiva na indústria de calçados de couro em Franca/SP. **Idéias – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas:** O avesso do trabalho, Campinas, ano 9 (2), 10 (1), p. 113-174, 2002/2003.

PAOLI, M. C. “Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil”. In: SANTOS, B. de S. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 371-414.

PICCININI, V. C. “Mudanças na indústria calçadista brasileira: novas tecnologias e globalização do mercado”. **Read – Revista Eletrônica de Administração,** PPGA, Escola de Administração da UFRGS, 2001, n. 25. Disponível em: <<http://read.adm.ufrgs.br/read01>> (Acesso em abril/2001).

PICCININI, V. C.; ANTUNES, E. Di D.; FARIA, M. S. de. “Estratégia sindical dos trabalhadores do setor calçadista”. In: LEITE, M. de P. (Org.) **O Trabalho em Movimento.** Campinas: Papirus, 1997.

REICHERT, C. L. “A evolução tecnológica da indústria calçadista no sul do Brasil”. In: COSTA, A. B. da & PASSOS, M. C. (Orgs.). **A Indústria Calçadista no Rio Grande do Sul.** São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004, pp. 51-68.

SINBI [Sindicato das Indústrias do Calçado e Vestuário de Birigui]. **SINBINFORMA.** Ano IX, n. 79, dez/2010-jan/2011.

SINDIFRANCA [Sindicato da Indústria de Calçados de Franca]. **Mapeamento do setor calçadista.** Franca, nov/2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VEIGA, J. P. C. **A questão do Trabalho Infantil.** São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 1998.